



UFSM

CPA/UFSM

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Junho 2008

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

PROJETO DE AVALIAÇÃO INTITUCIONAL

Santa Maria, RS, junho de 2008.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação

NELSON MACULAN
Secretário de Educação Superior

HÉLGIO TRINDADE
Presidente da CONAES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CLÓVIS SILVA LIMA
Reitor

FELIPE MARTINS MÜLLER
Vice-Reitor

JOÃO MANOEL ESPINA ROSSÉS
Chefe de Gabinete do Reitor

PRÓ-REITORIAS:

ANDRÉ LUÍS KIELING RIES
Pró-Reitor de Administração

JOSÉ FRANCISCO SILVA DIAS
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

JOÃO RODOLFHO AMARAL
Pró-Reitor de Extensão

JORGE LUIZ DA CUNHA
Pró-Reitor de Graduação

CHARLES JACQUES PRADE
Pró-Reitora de Planejamento

HELIO LEÃES HEY
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

JOÃO PILLAR PACHECO DE CAMPOS
Pró-Reitor de Recursos Humanos

ATHOS RENNER DINIZ
Procurador Geral

Missão da UFSM

Promover ensino, pesquisa e extensão, formando lideranças capazes de desenvolver a sociedade.

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:

Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFSM):

Portaria N. 53.074, de 20 de junho de 2008.

- Adm. Charles Jacques Prade - Coordenador
- Prof. de 3º Grau Jorge Luiz da Cunha – Vice-Coordenador
- Prof^a de 3º Grau Maria Alcione Munhoz
- Prof. de 3º Grau Thomé Lovato
- Prof. de 3º Grau Hélio Leães Hey
- Prof. de 3º Grau Myrian Cunha Krum
- Prof. de 3º Grau Alberto Souza Schmidt
- Prof. de 3º Grau Luis Felipe Dias Lopes
- Prof. de 3º Grau Fernando Copetti
- Prof. de 1º e 2º Graus Antonio Carlos Mortari
- Maria Isabel da Silva Aude – Servidora Docente Aposentada
- Adm. Juarez de Lima Ventura – Secretário Executivo
- Ass. Adm. Cristina Izabel Moraes Bolzan
- Téc.Tecnol.Inform. Ivan Londero Hoffmann
- Econ. Frank Leonardo Casado
- Maria Emília Kantorski – Servidora Técnico-Administrativa Aposentada
- Econ. João Trevisan – representante CACISM
- Alexandre Marmett Pahim – representante UAC
- Eduardo Barin Facin - discente
- Leandro Sanson - discente

APRESENTAÇÃO

Esta proposta representa um compromisso de encaminhar-se de fato a reflexão e implementação da avaliação na Instituição e contribuir para a construção de uma postura avaliativa na UFSM.

Apesar de ser imprescindível a consciência crítica para o processo de avaliação, mesmo num estado de consciência ingênua, as pessoas sempre avaliam, ou seja, julgam as práticas à luz de critérios.

O projeto de avaliação institucional elaborado procurou, concomitantemente, responder questões locais e nacionais por meio de instrumentos elaborados por sua Comissão Própria de Avaliação com base no documento “*Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior*”, elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

A avaliação é inerente a vida individual e institucional. Acreditamos que ela será de grande ajuda para a comunidade universitária na busca do aprimoramento de suas atividades e no alcance de seus objetivos.

Clóvis Silva Lima,
Reitor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
1 INTRODUÇÃO
2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFSM
3 JUSTIFICATIVA
4 OBJETIVOS
4.1 Objetivo Geral
4.2 Objetivos Específicos
5 METODOLOGIA
5.1 Etapas da Avaliação Interna
5.2 Dinâmica de Funcionamento
5.3 Desenvolvimento
6 RELATÓRIO FINAL, DIVULGAÇÃO E BALANÇO CRÍTICO
7 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
8 ANEXOS
Módulo 1
Módulo 2
Módulo 3
Módulo 4
Módulo 5
9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1 INTRODUÇÃO

O caráter público da Universidade tem o compromisso de colaborar com desenvolvimento econômico, social e cultural, de participar e promover, de forma dinâmica, o processo de transformação da sociedade, impulsionando o progresso do próprio homem, sem perder de vista os valores e identidade cultural do meio onde vive.

Inicialmente o processo de Avaliação da UFSM esteve em consonância com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), dando ênfase no Ensino de Graduação. Neste sentido, a fundamentação que dá suporte às atividades de ensino, os objetivos que busca, a forma de organização e funcionamento da estrutura acadêmica, os tipos de avaliação e o controle de qualidade adotado pelos Cursos de Graduação foram pontos de análise importantes para a compreensão da situação real do ensino na Instituição até o ano de 2004.

Até 1998, a Coordenação Geral da Avaliação Institucional na UFSM esteve sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, após este período ficou sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. Para implementar e acompanhar a execução da avaliação foi criada uma Comissão de Apoio à Avaliação Institucional dos Cursos de Graduação, com a finalidade de assessorar e acompanhar as ações desenvolvidas nas diversas etapas do processo avaliativo.

Até o presente momento, as etapas que foram desenvolvidas foram as seguintes: sensibilização e conscientização, diagnóstico, avaliação interna, tomada de decisão e reavaliação do próprio processo.

O produto final de um processo de avaliação não será, somente, a elaboração de relatórios, mas acima disso, será a possibilidade das pessoas e dos

segmentos que fazem parte da Instituição tornarem-se mais conscientes de suas potencialidades e limitações.

Neste sentido, a auto-análise e o conhecimento profundo da Instituição Universidade pressupõe, sem dúvida alguma, um Processo de Avaliação voltado para a melhoria da qualidade do ensino de graduação, articulado às áreas de pós-graduação, pesquisa, extensão e administração, cujos resultados levem à integração da Universidade com a sociedade.

Os resultados da Avaliação Interna foram encaminhados à Comunidade Acadêmica para conhecimento, análise e busca de soluções conjuntas aos problemas evidenciados. Estes resultados serviram para o planejamento das atividades institucionais, como também informaram a comunidade interna e externa em geral, num compromisso de franqueza e transparência da Universidade com a sociedade.

Até o presente momento, o processo de avaliação desenvolveu-se mediante critérios transparentes que levaram em conta as características peculiares do meio onde se insere a Universidade e envolveu, democraticamente, todos os segmentos, através da aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação.

É importante salientar ainda, que a Avaliação Institucional não pode ser confundida como somente um diagnóstico, um mero levantamento de informações e estabelecimento de valores, mas que a avaliação é um processo, um conjunto de ações que propiciam reflexão, troca de experiências, reforço de direções acertadas e mudanças de atitudes dos membros que formam a Comunidade Acadêmica.

2 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria foi a pioneira da interiorização do Ensino Superior no Brasil, numa época em que apenas existiam Universidades nas Capitais dos Estados. Desde então, a UFSM definiu a sua vocação como UNIVERSIDADE REGIONAL, comprometida com a realidade social da qual faz parte, propondo-se, historicamente, a manter, cultivar e renovar os conhecimentos e promover o desenvolvimento regional e dele participar.

A UFSM ao longo de sua história sempre se preocupou em avaliar as suas atividades acadêmicas, mas foram iniciativas pontuais e setORIZADAS de avaliação, mesmo porque, até o final da década de 80 não existia no Brasil, um processo de avaliação global da Universidade.

No entanto, a partir da década de 80, a UFSM, vem procurando adotar um Sistema de Avaliação de Desempenho através de alguns projetos:

- Diagnóstico do desempenho da Universidade Federal de Santa Maria, 1980;
- Proposta de Avaliação da Universidade Federal de Santa Maria, 1986;
- Indicadores de Desempenho dos Departamentos da UFSM, 1989;
- E por último, Avaliação do Desempenho Docente pelo Discente, sendo esta atualmente uma prática permanente na Universidade.

A avaliação do Desempenho Docente é realizada semestralmente onde todos os alunos avaliam as disciplinas e seus professores. Esta avaliação é normatizada por Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM.

Com a deflagração do processo de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, em 1993, através da Comissão Nacional de Avaliação, Ministério da Educação e do Desporto, esta veio ao encontro dos propósitos da administração da UFSM, que é a busca da qualidade dos serviços

oferecidos pela Instituição à Sociedade, refletidas pelo trinômio Ensino-Pesquisa-Extensão. Assim, a UFSM, inseriu-se no PAIUB em 1994, com base nos seguintes pressupostos:

1º - que é necessária a compreensão crítica de que a educação superior no país, em sentido geral, não se constitui em um sistema isolado e independente dos demais setores sociais e econômicos da sociedade;

2º - que a educação superior precisa ser construída a partir de um exame crítico de seus problemas intrínsecos, de forma a não desvirtuar os objetivos e as características que singularizam a sua função;

3º - que uma Universidade que não contar com um processo permanente de auto-análise e de um conhecimento mais profundo das relações que se estabelecem entre a Instituição e o contexto onde está inserida, se afasta cada vez mais das exigências da sociedade além de afastar-se de seus objetivos principais, tendo como resultado reflexos na própria formação de seus egressos e na qualidade de seus profissionais;

4º - que o compromisso de uma Instituição pública é em primeiro lugar com o homem, o conhecimento e a sociedade e, por isso, deve procurar refletir sobre sua atuação tanto em termos de eficácia e eficiência como também, no seu papel científico-social.

O marco teórico que deu sustentação à Avaliação Institucional foi o Projeto Político Pedagógico da Universidade aprovado no ano de 1993, após amplo debate com a comunidade universitária. Enfoca em seu texto base a Avaliação Institucional como um trabalho permanente de reflexão do fazer Universitário, sendo a primeira condição para identificar os desafios necessários à formulação de diretrizes para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Em 2001 foi discutido com a comunidade acadêmica e aprovado o novo Projeto Político Pedagógico que também enfoca a importância da política de Avaliação na Instituição.

A Avaliação Institucional está normatizada através da Resolução de nº 24 de 25/11/1993 que dispõe sobre as diretrizes da avaliação na Instituição em termos de: finalidades, objetivos, avaliação dos cursos, da produção científica, das atividades de extensão e da gestão universitária.

Em cumprimento a um dos objetivos estabelecidos no Plano de Gestão da Administração 1997/2001, a UFSM inseriu-se no Programa de Qualidade e Participação Pública, no ano de 1999 o qual, posteriormente foi acoplado ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, implantado em 1994, originando o “Programa de Qualidade e Avaliação na Universidade Federal de Santa Maria”, que por sua vez conta com o Planejamento Estratégico, como um efetivo instrumento administrativo para o direcionamento dos recursos e implementação de ações pré-estabelecidas e priorizadas.

Assim, o Programa de Qualidade e Avaliação na Universidade Federal de Santa Maria propõe uma sistemática que contempla duas ações básicas. Por um lado, prevê a existência de um comitê estratégico responsável pela criação de uma estrutura de planejamento institucional que coordene o posicionamento estratégico da UFSM diante do ambiente e sustente as ações da Administração Superior. Por outro, visa incrementar a sistemática de aperfeiçoamento da rotina administrativa e acadêmica através da criação de uma Comissão Executiva de Avaliação Institucional e o Grupo Técnico de Apoio à Qualidade, coordenados pelo Comitê Estratégico.

Além disso, coube ao Comitê Estratégico o estabelecimento da Visão de Futuro, dos Valores e da Missão da Instituição.

Dentro desses parâmetros, os primeiros resultados já surtiram efeito, por meio da avaliação interna do ensino de graduação da UFSM, ocorrida em 1999 e 2000, a qual utilizou cinco instrumentos, sendo que no primeiro o aluno avalia o curso e a Instituição, no segundo o aluno avaliou as disciplinas e a prática

docente; no terceiro o docente realizou uma auto-avaliação e avaliou a Instituição, no quarto o egresso avaliou o curso, a Instituição e as disciplinas e realizou a auto-avaliação e no quinto o técnico-administrativo avalia a Instituição e realiza a auto-avaliação.

Os resultados da avaliação interna serão compilados e consolidados e devem constituir ações que objetivem a correção das deficiências apontadas.

No que se refere à avaliação externa, a Instituição vem sendo regularmente submetida ao Exame Nacional de Cursos, por meio da avaliação de seus alunos concluintes, e à análise das Condições de Oferta de seus Cursos de Graduação, mediante a avaliação de uma Comissão de Especialistas do MEC. Esses mecanismos de avaliação fornecem importantes indicadores qualitativos e quantitativos relacionados ao ensino oferecido e às respectivas condições de aprendizagem.

Os resultados obtidos na avaliação externa configuram-se em um pressuposto de indicadores para melhoria da qualidade de ensino, uma vez que apuram o grau de eficiência das atividades desenvolvidas, oportunizando o aperfeiçoamento dos aspectos positivos e a adoção de medidas de superação dos aspectos negativos identificados.

Estes mecanismos contemplam propostas para reformular e adequar a gestão universitária, visando a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pelas instituições e repensar objetivos e modos de atuação das universidades.

Nesse sentido a Pró-Reitoria de Planejamento elaborou um documento constituído como Referencial Teórico do Planejamento Estratégico. Com ele se realizou seminários nas oito Unidades Universitárias e três colégios de Ensino Médio e Tecnológico, deflagrando-se o processo de sensibilização e motivação necessários à elaboração do planejamento estratégico de cada unidade.

Com o objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos e assessorar na implantação do processo de Planejamento Estratégico, a PROPLAN realizou vários *workshops* com as diferentes Unidades que solicitaram esse tipo de atendimento.

O processo de implantação do Planejamento Estratégico culminou com a realização de um seminário que reuniu representantes das unidades da Administração Central, tendo por objetivo a provocação de debates e a geração de subsídios para a definição de diretrizes estratégicas, objetivos e metas. Juntamente com os resultados obtidos nos diferentes seminários, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2001-2005, no qual estão elencados a Visão de Futuro, a Missão Institucional, bem como os Objetivos Estratégicos, Estratégias e Ações nas áreas de Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, Ensino Médio e Tecnológico, Extensão, Assuntos Estudantis, Administração e Planejamento e de Recursos Humanos.

3 JUSTIFICATIVA

Inicialmente, é oportuno destacar que a Universidade Federal de Santa Maria tem demonstrado um sólido compromisso com as inovações e melhorias organizacionais, buscando adequar-se constantemente às transformações ambientais e adaptar-se às mudanças pelas quais tem passado o sistema de gestão nas Instituições de Ensino Superior.

A avaliação institucional é entendida na Instituição como exigência de controle de qualidade, no sentido de garantir padrões de desempenho esperado pela sociedade, devendo constituir-se numa prática permanente, como condição necessária para a manutenção de sua qualificação, relevância social e alcance de um maior grau de credibilidade da sociedade.

A referida avaliação somente terá sentido e apresentará resultados se for movida por um esforço solidário e comprometido de toda a comunidade universitária, que deverá incorporá-la à cultura institucional. Não se trata de opor avaliadores e avaliados, mas de avaliar a Instituição na sua totalidade.

A avaliação institucional terá por finalidade fundamentar as reformulações necessárias nas políticas, nas práticas, nas concepções do ensino, da pesquisa e da Extensão e no processo de informação e comunicação da Universidade com o Estado e com a sociedade.

A sua realização será desenvolvida mediante critérios transparentes que considerem as características peculiares do meio onde se insere a Instituição e desenvolverá, democraticamente, todos os setores internos.

Os resultados da avaliação deverão incorporar uma proposta de mudança e informar plenamente à comunidade interna e externa em geral, num compromisso de franqueza e transparência da Universidade com a sociedade.

Os resultados da avaliação servirão, também, de suporte para o aprimoramento dos mecanismos de controle, planejamento e gestão dos

departamentos didáticos, cursos e demais setores da Instituição, bem como de critério na distribuição de verbas de custeio e capital.

O desafio apresentado às universidades é o de contribuir para a preparação da sociedade do futuro por meio da formação de novos perfis profissionais onde o enfoque básico é a reorganização curricular e didático-pedagógica dos cursos. Para tanto, deve-se atentar, para a satisfação plena das necessidades de infra-estrutura para a oferta de disciplinas (equipamentos, laboratórios, salas de aula), para uma nova metodologia de ensino que permita uma aprendizagem mais efetiva, adequando-se, dessa maneira, às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

São utilizados como indicadores de desempenho das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional que compõem esta proposta institucional os resultados dos processos de avaliação dos cursos de graduação, o percentual de ampliação da oferta de vagas, o grau de melhoria da qualificação e condições de trabalho do corpo docente, o número de candidatos por vaga nos diferentes cursos, a taxa de evasão e repetência, o tempo médio de conclusão de cursos, a produção científica do corpo docente, percentual de servidores técnico-administrativos com especialização, mestrado e doutorado, nível de melhoria da infra-estrutura disponível, o número de projetos de ensino/pesquisa/extensão desenvolvidos e o grau de absorção pelo mercado dos profissionais formados pela Instituição.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Instituir, na Universidade Federal de Santa Maria, o processo de Avaliação Institucional como prática permanente e pressuposto de controle de qualidade, no sentido de garantir padrões de desempenho esperados pela sociedade, como também atender o estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que possui como características fundamentais a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais.

4.2 Objetivos Específicos

- Incentivar um processo de autocrítica da Instituição para garantir a busca de qualidade e também para prestar contas à sociedade da consonância de suas atividades com as demandas científicas e sociais da atualidade;
- Estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade.
- Diagnosticar a inter-relação das tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.
- Contribuir na reformulação das práticas curriculares e no processo de integração de ensino, pesquisa e extensão.

- Contribuir para a melhoria da gestão, eficiência no gasto público, redução dos desperdícios, adequação da estrutura organizacional e elevação da produtividade institucional nas áreas meio e fim.

5 METODOLOGIA

Considerando os pressupostos que embasam a Avaliação Institucional da UFSM, os objetivos propostos no presente projeto e considerando as dimensões a serem avaliadas conforme estabelece o *caput* do Art. 3º da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, especialmente o “Inciso I – a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional”. Portanto, o PDI/UFSM, onde constam a Missão Institucional, a Visão de Futuro, a Análise Ambiental Externa e Interna, as Diretrizes Gerais, os Objetivos Estratégicos com as respectivas metas e indicadores de desempenho, o conseqüente Plano de Ação Anual será avaliado anualmente mediante seminário, para proporcionar a correção de rumos, nas suas diversas áreas de: Ensino de Graduação; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa; Ensino Médio; Ensino Tecnológico; Extensão; Assuntos Estudantis; Administração; Planejamento; e Recursos Humanos.

Por outro lado, a avaliação institucional seguindo o processo de avaliação em andamento na UFSM desde 1994, aplicará instrumentos sob a forma de questionários aos alunos, egressos, professores, funcionários, chefias dos diversos órgãos da Instituição e, ainda, a representantes da comunidade.

No ano de 2004, baseado na Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) a Universidade constituiu a primeira Comissão Própria de Avaliação da UFSM. A comissão no segundo semestre desse mesmo ano, iniciou suas atividades com a elaboração do projeto de avaliação institucional tomando como base o SINAES. No primeiro semestre de 2005, o documento foi encaminhado às unidades universitárias para análise e sugestões. Com base nas diretrizes gerais estabelecidas pela CONAES resultou na elaboração de 21 módulos que contemplavam as dez dimensões estabelecidas na Lei:

Módulo 1. Tem como objetivo avaliar a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSM, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Planejamento.

Módulo 2. Tem como objetivo avaliar a política de ensino de graduação da Instituição, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Graduação partindo de consulta aos coordenadores dos cursos de graduação.

Módulo 3. Tem como objetivo avaliar a política de pesquisa e pós-graduação da Instituição, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, partindo de consulta junto aos coordenadores de programas de pós-graduação e os gabinetes de projetos das Unidades Universitárias.

Módulo 4. Tem como objetivo avaliar a política de extensão da Instituição, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Extensão, partindo de consulta às comissões de extensão e gabinetes de projetos das unidades universitárias.

Módulo 5. Tem como objetivo avaliar a política de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo da Instituição, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, partindo de consulta às direções das unidades universitárias, Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo(CPPTA), atualmente CIS.

Módulo 6. Tem como objetivo avaliar a responsabilidade social da Instituição, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural,

sendo respondida pelo Gabinete do Reitor, com base em consulta à Administração Superior da UFSM (Reitor, Vice-Reitor, diretores de unidade universitária e pró-reitores).

Módulo 7. Tem como objetivo avaliar a qualidade da comunicação interna da Instituição, comunicação com a sociedade e a imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social, sendo respondida pela Coordenadoria de Comunicação Social e Departamento de Ciências da Comunicação.

Módulo 8. Tem como objetivo avaliar a organização e gestão da Instituição, o funcionamento e representatividade dos colegiados, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Planejamento, partindo de análise conjunta com o Comitê Estratégico da Instituição.

Módulo 9. Tem como objetivo avaliar a infra-estrutura física da Instituição, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, sendo respondido pela Prefeitura da UFSM com base em consulta aos chefes de departamentos e direções de órgãos suplementares centrais.

Módulo 10 – Tem como objetivo avaliar o planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional, sendo respondido pela Comissão Própria de Avaliação e Pró-Reitoria de Planejamento.

Módulo 11 – Tem como objetivo avaliar a infra-estrutura física da Instituição, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação, sendo respondido pela Biblioteca Central.

Módulo 12. Tem como objetivo avaliar as políticas de atendimento aos estudantes da Instituição, inserção profissional dos egressos e participação dos egressos na vida da Instituição, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, partindo de análise conjunta em reunião com Pró-Reitoria de Graduação e Diretório Central dos Estudantes.

Módulo 13. Tem como objetivo avaliar a sustentabilidade financeira da Instituição, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, sendo respondido pela Pró-Reitoria de Planejamento e Pró-Reitoria de Administração.

Módulo 14. Os alunos de graduação avaliam o curso e a Instituição, com o objetivo de avaliar vários aspectos durante a passagem pelo seu curso, tais como coordenação, curso, aluno, apoio e incentivo, infra-estrutura, biblioteca, instalações e serviços de apoio ao estudante, e gestão institucional.

Módulo 15. Os alunos de graduação avaliam as disciplinas ministradas no curso, bem como os seus professores, objetivando a progressão docente quando necessária, além da avaliação institucional.

Módulo 16. Os professores de graduação realizam uma auto-avaliação de sua prática pedagógica, a Instituição e diversos aspectos do curso, visando a um movimento contínuo de aperfeiçoamento do aprendizado e, com isso, uma melhoria na qualidade do ensino.

Módulo 17. Os egressos avaliam o curso, a Instituição, as disciplinas e realizam uma auto-avaliação, tais como o curso, desempenho pessoal, condições proporcionadas pela UFSM e informações profissionais.

Módulo 18. Os servidores técnico-administrativos avaliam a Instituição e fazem também uma auto-avaliação. O objetivo é o de avaliar o nível de satisfação, o grau de informações e o desenvolvimento das pessoas e dos processos, visando a um movimento contínuo de aperfeiçoamento do desempenho e, com isso, uma melhoria na qualidade de gestão.

Módulo 19. Nesse módulo, os alunos de pós-graduação avaliam o curso e a Instituição. O objetivo é avaliar vários aspectos durante sua passagem pelo curso, tais como coordenação, aluno, curso e gestão institucional.

Módulo 20. Os alunos de pós-graduação avaliam as disciplinas e professores do curso. O objetivo desse instrumento é o de avaliar as disciplinas ministradas no curso bem como os seus professores.

Módulo 21. Os professores de pós-graduação realizam uma auto-avaliação de sua prática pedagógica e também avaliam a Instituição e vários aspectos do programa/curso.

No ano (2005), houve a greve das IFES e o processo sofreu descontinuidade, o projeto foi retomado para análise somente em março de 2006, com a nova Administração da UFSM.

No ano de 2006, por meio da Portaria n. 49.564, de 11 de agosto de 2006, houve nova designação da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Universidade Federal de Santa Maria. Composta de 17 membros, sendo oito docentes, cinco técnico-administrativos, dois representantes da sociedade civil e dois discentes conforme legislação. Além destes, foram convidados consultores de diversas áreas específicas para auxiliar os trabalhos da comissão.

A CPA estabeleceu um plano de ação para suas atividades com objetivo de elaboração e implementação do processo de avaliação na UFSM. As ações programadas foram a revisão do projeto de avaliação institucional e a revisão

dos 21 módulos 2005; a sensibilização das unidades universitárias; a reorganização dos instrumentos para sua posterior aplicação, análise, divulgação e publicação dos resultados e a elaboração do relatório final para aprovação no CONSUN.

Na etapa da sensibilização, primeira atividade foi feita a apresentação e discussão do SINAES para toda a Administração Central. Posteriormente foram realizadas reuniões com os Conselhos das unidades universitárias e dos colégios de ensino médio e tecnológico, formados por representantes docentes, técnico-administrativos e discentes no período de agosto a setembro de 2006. Nessas reuniões, foram apresentados e discutidos os documentos básicos jurídicos e disciplinadores da estrutura e competência das unidades, o documento que identifica a instituição (PDI); as diretrizes do SINAES; os requisitos, as etapas, as orientações gerais e as dimensões da auto-avaliação; atribuições e composição da CPA; e também foram abordados vários aspectos sobre o tema avaliação onde se levantou vários questionamentos e propostas para uma nova metodologia do processo de avaliação.

As principais conclusões e sugestões levantadas durante o processo foram:

- o compromisso de todos com o processo desde a administração central até as subunidades, envolvendo toda a comunidade universitária;
- a certeza e a importância da necessidade da auto-avaliação na Instituição;
- a participação crítica quanto ao processo e a metodologia;
- o comprometimento das unidades universitárias em participarem do processo de avaliação;
- o compromisso de uma análise real dos seus pontos fracos e fortes do processo para devidos ajustes no processo;
- sugestões para uma redefinição dos instrumentos;
- os resultados da avaliação institucional (indicadores) serão gerenciados para que sejam incluídos, como destaque na matriz orçamentária das IFES;

– o compromisso da Instituição em incluir no Índice de Distribuição de Recursos da Universidade um destaque orçamentário contemplando os resultados das avaliações das subunidades da Instituição;

– o compromisso da Instituição com o processo da avaliação institucional tendo como conseqüência ações de melhoria no processo e na gestão.

Diante das considerações apontadas nas reuniões com as unidades universitárias, foram indicados novos membros para contribuir com o processo de avaliação. Esses membros foram chamados de consultores e tiveram como objetivo principal analisar os instrumentos de avaliação que estavam em uso na Instituição e verificar se estes possibilitariam alcançar os propósitos almejados pela nova orientação que fora dada pela comissão.

Após a realização de várias reuniões, a CPA verificou a necessidade de elaborar um novo conjunto de instrumentos de avaliação que atendessem às características e peculiaridades da Instituição e de suas subunidades e que estivessem de acordo com a normativa do SINAES. Com a orientação do SINAES e com os pontos levantados pela comissão sobre as metas de avaliação, cuja preocupação era de não mais avaliar a Instituição somente com base em seus resultados numéricos, mas ter também um amplo conhecimento da qualidade e satisfação de suas ações, a elaboração de novos instrumentos tornou-se imperativa.

A partir de então, realizou-se uma reunião de um dia inteiro com a subcomissão da CPA e com a participação dos consultores começando pela análise criteriosa no documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições – SINAES” para verificar o que realmente precisava ser questionado em relação às dimensões. Após essa análise, foi elaborado um quadro de prioridades por dimensão e categoria, no qual, onde ficou definido como seriam elaborados os novos instrumentos e a que grupo seria direcionado.

Considerando que a Universidade Federal de Santa Maria é uma entidade prestadora de serviço e, como tal, deve preocupar-se com a qualidade de suas

atividades, lançou-se o horizonte de avaliação não somente para o seu produto final, mas também para a qualidade do processo das suas ações. Sobre esse prisma, a preocupação da comissão de avaliação foi de elaborar instrumentos objetivos fidedignos e que possibilitem mensurar múltiplos aspectos dentro de cada dimensão a ser avaliada. Foi centrado o foco de que é necessário conhecer a quantidade e qualidade do produto final prestado, a qualidade do processo de formação/produção, a eficiência das ações, os pontos fracos e fortes e o grau de satisfação dos grupos envolvidos no processo ou que se beneficiam da Universidade. Tal ação deverá considerar as especificidades de cada grupo e usuários dentro do seu contexto específico.

Por isso, a comunidade universitária será munida de instrumentos de avaliação que possibilitem, dentro de suas especificidades, servir também como agentes informativos das ações e ou produtos obtidos, com a finalidade de instigar aos sujeitos avaliados uma resposta consciente. Seguidamente, aspectos avaliativos quanto à relevância, incentivo, acesso, oportunidade, entre outros aspectos serão abordados em cada dimensão. Sendo assim, um novo marco se estabelece no processo de avaliação institucional, no qual a avaliação centrada no produto (qualitativa) continua sendo considerada e relevante, mas o processo (qualidade) passa a ser o cerne que orientará as futuras avaliações.

No dia 23/05/07, às 14h, na Sala dos Conselhos Superiores, ocorreu a palestra “Avaliação Institucional e Avaliação de Cursos de Graduação”, com o Coordenador Geral do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)/MEC, Prof. Amir Limana, onde participaram os membros da Comissão Própria de Avaliação e os coordenadores dos cursos de graduação dos Centros de Ciências Rurais e da Saúde. A palestra reuniu um total de 29 participantes. O Prof. Limana fez uma abordagem sobre a educação superior no Brasil, enfatizando a diversidade das realidades para a implementação das políticas públicas. Afirmou que o ENADE faz parte do processo de avaliação do ensino superior, que a avaliação do SINAES contribui para a identificação dos

problemas na instituição e por consequência no estabelecimento de ações de melhoria na gestão. Após sua palestra os professores puderam fazer questionamentos sobre o ENADE e SINAES.

Após o término da palestra e dos questionamentos o Prof. Limana reuniu-se na PROPLAN, com a Prof^a. Nilza, Prof^a. Myriam, Prof. Thomé, os servidores técnico-administrativos Frank, Juarez e Cristina. A Prof^a. Nilza relatou o trabalho realizado pela CPA, a elaboração do relatório de auto-avaliação e os novos instrumentos. Foram feitos vários questionamentos sobre o processo de avaliação e também sugestões para os instrumentos de avaliação.

Na seqüência, os dados serão tabelados, analisados e divulgados para toda a Comunidade Acadêmica para contribuírem com a tomada de decisão nas áreas meio e fim.

A Avaliação Interna será um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

Em nível institucional a avaliação como um todo proceder-se-à obedecendo a seguinte ordem:

5.1 Etapas da Avaliação Interna (Auto-avaliação)

A organização do Processo de Avaliação na UFSM vem ocorrendo em diferentes etapas, que são as seguintes:

- Constituição da CPA;
- Elaboração do Projeto de Avaliação Institucional;
- Sensibilização: no entender da Instituição bem como da CPA, a sensibilização, embora seja uma etapa do processo, não é estanque em si mesma e sim permanente e contínua, tendo em vista a necessidade de motivar e envolver as pessoas no processo avaliativo e, portanto, encontra-se em pleno desenvolvimento na UFSM.

Já foram realizadas reuniões em todas as unidades e subunidades de ensino e órgãos suplementares. A partir da implementação do novo projeto de Avaliação Institucional serão realizadas novas reuniões de sensibilização com as seguintes pessoas/ setores da UFSM:

- Reuniões com diretores das Unidades Universitárias e Coordenadores dos Cursos de Graduação nas Unidades de Ensino da UFSM;
- Reativação de Comissões de Avaliação por Centro e Curso de Graduação da UFSM;
- Palestras de sensibilização sobre: “Avaliação Institucional e relatos de experiências nas IES”. Público alvo: Diretores de Unidades de Ensino, Coordenadores de cursos de Graduação, Chefes de Departamentos e Comissões de Avaliação;
- Reuniões com representantes estudantis, colegiados de cursos, departamentos, professores, entidades de classe, representantes da sociedade em geral;
- Elaboração de material de divulgação do trabalho da comissão: “folders” com a proposta de trabalho da Comissão, boletim informativo bimestral e cadernos de avaliação.

5.2 Dinâmica de Funcionamento

Será realizado o planejamento das ações da avaliação (Plano de Ação), mediante um Plano de Trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais.

5.3 Desenvolvimento

Considerando que a UFSM já se encontra em processo de avaliação, que a sensibilização é um processo constante, que já foram realizados seminários para apresentação do SINAES, como também já existem as Comissões Setoriais de

Avaliação e oito instrumentos de avaliação, partiu-se para a construção e adaptação de novos instrumentos que contemplem o estabelecido nas “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições”.

5.3.1 Seminário Avaliação Plano de Ação Anual:

Em seminário anual durante o mês de dezembro de cada ano, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional 2001-2005, a Administração Central da UFSM vem realizando sistematicamente a avaliação do Plano de Ação Anual e concomitantemente, trata da elaboração do Plano de Ação para o próximo ano, sendo que nas planilhas do referido plano constam: a Unidade e a subunidade responsável; a Área de atuação; os objetivos estratégicos; as meta(s)/indicador(es) de desempenho; ações; responsável(is); prazo; local; técnicas e custo estimado.

5.3.2 Instrumentos de Avaliação

Módulo 1 – GESTOR: O objetivo deste instrumento é avaliar aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão em seu Setor e na UFSM.

Módulo 2 – DOCENTE: O objetivo deste instrumento é avaliar aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão em seu Setor e na UFSM.

Módulo 3 – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: O objetivo deste instrumento é avaliar aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão em seu Setor e na UFSM.

Módulo 4 – DISCENTE: O objetivo deste instrumento é avaliar aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão em seu Setor e na UFSM.

Módulo 5 – EGRESSO: O objetivo deste instrumento é avaliar aspectos referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão na UFSM.

5.3.3 Aplicação dos Instrumentos

Os instrumentos assim organizados e aprovados pelo Conselho Universitário serão disponibilizados via *on-line* pelo Centro de Processamento de Dados para toda a comunidade acadêmica, para serem respondidos de acordo com o cronograma, em anexo.

5.3.4 Análise e Interpretação dos Dados

Após a coleta dos dados, estes serão tabulados, analisados, feitos gráficos e tabelas e também as questões descritivas serão organizadas, conforme o cronograma de atividades. Serão elaborados relatórios parciais. Estes relatórios deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica.

6 RELATÓRIO FINAL, DIVULGAÇÃO E BALANÇO CRÍTICO

Após será feito o Relatório Final, o qual contará a discussão, a análise e a interpretação dos dados com as respectivas sugestões, para contribuírem com o Processo da Tomada de Decisão.

Dando continuidade ao processo de Avaliação Interna, será feita a divulgação do Relatório Final nas suas diversas formas, tais como, reuniões, seminários, publicações e por meio eletrônico.

Salienta-se que esses resultados permitirão planejar as decisões futuras da Instituição.

7 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

AVALIAÇÃO INTERNA: AUTO-AVALIAÇÃO

ETAPAS	2008										
	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1ª Etapa: Preparação											
Constituição da CPA	X										
Elaboração do Projeto		X	X	X	X						
Aprovação do Projeto pelo CONSUN						X					
2ª Etapa: Desenvolvi-mento											
Seminário de Sensibilização							X				
Realização da Semana da Avaliação Institucional								X			
Tratamento dos dados								X			
3ª Etapa: Consolidação											
Relatório de Auto-Avaliação									X	X	
Divulgação											X
Balço Crítico											X

8 ANEXOS

9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMORIM, Antônio. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- ARRUDA, José Ricardo Campelo. **Políticas & indicadores da qualidade na educação superior**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- BALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias et al. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARROS, Davi Ferreira; SILVA, Rinalva Cassiano. **Entre a autonomia e a competência**. Piracicaba, SP: Unimep, 1993.
- CHAMBOULEYRON, I. et al. **Mais vagas com qualidade: o desafio do ensino superior no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2001.
- CHRISTOPHE, Charle; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Unesp, 1996.
- DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- DURHAM, Eunice R.; SCHWARTZMAN, Simon et al. **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Edusp, 1992.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria *et al.* **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.
- FRANCO, Édson. **Utopia e realidade: a construção do projeto institucional no ensino superior**. Brasília: Universa, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 18ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, A D. E. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- MARCOVITCH, Jacques. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

PASQUALOTTI, Adriano; ROSSETTO, Anubis Graciela de Moraes et al. **Auto-avaliar: conhecer para qualificar.** Passo Fundo: Editora Universitária, 2005.

ROSSATO, Ricardo; MAGDALENA, Beatriz Corso. **Universidades gaúchas: impasses e alternativas.** Santa Maria: Pallotti, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 7ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas: Autores Associados, 1997..

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I. (org). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência.** Florianópolis: Insular, 2000.

SOBRINHO, José Dias. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I. (org). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate.** Florianópolis: Insular, 2003.

TAKASHINA, Newton Tadachi; FLORES, Mario César Xavier. **Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Universidade, qualidade e avaliação.** Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.